

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Ernesto Geisel Class.: Cinto-largo 78Data: 11/02/74 Pg.: 19, 20 e 21

AMAZÔNIA

Um caminho nasce em Aripuanã

Uma exposição de 45 minutos, numa simples sala de aulas na Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá, e uma conversa de vinte minutos, a portas fechadas, com o expositor, forneceram ao ouvinte Ernesto Geisel, presidente eleito do Brasil, todas as informações que ele poderia desejar sobre um empreendimento tão importante para o futuro da Amazônia como pouco divulgado no resto do país: o Projeto Aripuanã.

Mais, porém, do que dados e cifras, Geisel ouviu do professor Pedro Paulo Lomba as linhas centrais do que poderá vir a ser uma nova política para a ocupação racional do espaço amazônico. Pois o Projeto Aripuanã consiste exatamente em instalar no interior da floresta uma plataforma de pesquisas integradas (que o general Geisel teria comparado às plataformas submarinas da Petrobrás) em torno de um núcleo pioneiro, Humboldt. O projeto permitirá definir uma estratégia de aproveitamento

do capital natural da Amazônia — a natureza —, mediante industrialização intensiva, em substituição à predatória e antieconômica expansão da fronteira agrícola num meio ambiente hostil.

Possivelmente isso explica o grande interesse demonstrado por Geisel até sobre minúcias essencialmente técnicas do projeto. Informado do plano de construção, em Humboldt, de uma usina de montagem de casas pré-fabricadas, capaz de gerar uma cidade de 7 mil habitantes em apenas dez meses, o presidente eleito quis saber como é possível adaptar a técnica da construção civil às condições da Amazônia. Nenhuma de suas muitas perguntas pôs em questão a validade do projeto. Ao contrário, indagou sobre o que é necessário, em matéria de recursos imediatos, para seu rápido e pleno desenvolvimento.

Resposta brasileira. Esse projeto, do ponto de vista internacional, po- ➤

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Revista Visão

Class.: Cinta-larga 78

Data: 11/02/79

Pg.: 19, 20 e 21

derá ser a resposta brasileira à declaração de 36 princípios da conferência da ONU sobre meio ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo. Segundo aquele documento, a exploração dos recursos naturais na América Latina deve ser objeto de intensa investigação científico-tecnológica.

Implantado no Município de Aripuanã, no Norte de Mato Grosso, com quase 150 mil km² de extensão e menos de 6 mil habitantes, o projeto (na sua primeira fase) consistirá na criação da cidade-laboratório de Humboldt, que abrigará um centro de planejamento econômico, tecnológico e ecológico, além de uma base científico-militar. A cidade-laboratório, dimensionada para mil habitantes, será ocupada por cientistas, técnicos, trabalhadores locais e pequenos agricultores. Terá, também, a função de cidade experimental na Amazônia.

Segundo levantamento feito pela Universidade Federal de Mato Grosso, em 1972, o Município de Aripuanã, apesar de possuir uma das melhores terras do mundo — um solo negro, com profundas camadas de argila, semelhante ao solo tipo ucraniano do Paraná —, tem atividades agrícolas voltadas exclusivamente para a subsistência.

Além da qualidade da terra, os demais recursos da região — se não forem destruídos — são uma garantia segura para o desenvolvimento do país nas próximas décadas: quase toda a área de Aripuanã é coberta pela floresta amazônica, reunindo todas as madeiras de lei; prospecções e coletas de amostras — posteriormente confirmadas por levantamentos aerofotogramétricos — indicam a presença de grandes jazidas de cassiterita, bauxita e manganês, entre outros minérios; nas margens do rio Aripuanã há traços do que pode ser uma das maiores concentrações de diamantes de uso industrial do mundo.

Segundo o autor e hoje gerente-geral do Projeto Aripuanã, Pedro Paulo Lomba, carioca (da Tijuca), 32 anos, ex-colaborador de *O Pasquim*, optou-se deliberadamente por um programa gradual e controlado de desenvolvimento daquela parte do espaço amazônico, ao contrário dos programas experimentados nas regiões urbanas em expansão. "A primeira vista", explica, "o modelo Aripuanã poderia receber mais subsídios da administração do desenvolvimento nas regiões insulares do que da organização das regiões urbanas que crescem através de grandes placas de equipamentos sócio-econômicos, contínuas e extensivas, como a área Rio—São Paulo—Santos, por exemplo."

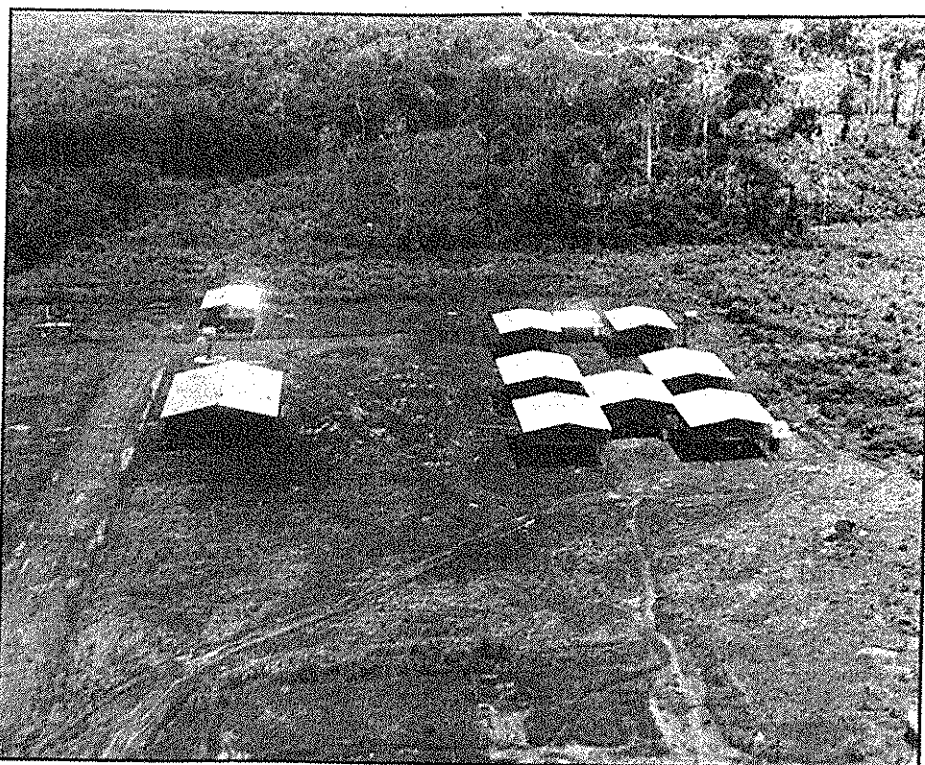
"A estratégia adotada pelo projeto", disse Lomba ao correspondente de Visão em Cuiabá, Mario Chimano-vitch, "tem por objetivo tornar viável

uma nova era econômica para a Amazônia, baseada na criação de um surto agrícola e extrativista, mediante o estabelecimento de condições econômicas e sociais para fixar os empreendedores e dotá-los de alta produtividade, em áreas, como Aripuanã, que praticamente jamais conheceram as atividades sistemáticas das regiões urbanas." Mas essa transferência de experiências deve, a seu ver, "eliminar o antagonismo mantido até hoje entre fatores ambientais e fatores de produção". Trata-se, adverte Lomba, "de evitar perdas sócio-econômicas e a destruição do meio natural".

Erva-de-rato. Essas "perdas sócio-econômicas" são maiores e mais fre-

na área ocupada por essa grande fazenda, implantada entre os paralelos 11 e 12, às margens do rio do Sangue, que as expedições de Rondon percorreram em 1906. Além dos problemas insuspeitados com a criação de gado, a empresa tem que arcar com investimentos em infra-estrutura, cujo custo, em outros lugares, é normalmente debitado aos cofres públicos, e que, naquelas condições, corresponde às vezes a quase a metade de todas as despesas de implantação do projeto.

Aí entram desde as despesas com a construção de uma pista de pouso, sistema de geração de energia, máquinas e equipamentos pesados para abrir e manter estradas particulares,



O núcleo pioneiro de Humboldt: como Akadengorodok e MacMurdo

quentes do que deixa saber a eufórica propaganda da "conquista da Amazônia". Uma das maiores empresas agropecuárias do Norte de Mato Grosso, por exemplo, enfrenta um problema sem perspectivas de solução a curto ou médio prazo, depois de implantar milhares de hectares de pasto no que era mata selvagem.

Cerca de 10% do seu rebanho — mais de 10 mil cabeças — sofre de um mal imprevisível, causado por uma planta venenosa, a erva-de-rato, que os bois gostam de saborear. Por ingerir ainda outras substâncias impróprias, 30% do gado está com ferimentos inciatrizáveis, que provocam a queda dos dentes e se agravam até a morte do animal.

Por outro lado, a administração pública simplesmente é desconhecida

até gastos com alojamentos, ambulatório e uma "casa de diversões" para os trabalhadores solteiros ou solitários.

Para tratar da saúde dos seus empregados, a Arrosensal, do Grupo Camargo Corrêa, com 55 mil cabeças de gado, localizada perto da sede do Município de Diamantino, também no Norte de Mato Grosso, precisou instalar uma enfermaria especializada na cura da malária: a moléstia atinge três em cada dez trabalhadores nas agropecuárias da região.

Por sua vez, as empresas industriais, onde a concentração da mão-de-obra é essencial à organização do trabalho, são verdadeiras empresariedades. E todos os serviços urbanos — escolas, hospitais, transportes coletivos, redes de água, energia, esgotos e comunicações — ficam por con-

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Revista Voz

Class.: Cinto-larga 78

Data: 11/02/79

Pg.: 19, 20 e 21

ta da iniciativa privada. Apesar disso, o modelo é cada vez mais freqüente na região. O Grupo Liquigás, por exemplo, proprietário da enorme Fazenda Suiá-Missu, que terá mais de 100 mil hectares de pastagens artificiais até o fim da década, vai construir a Liquilândia, cidade para 5 mil habitantes, onde morarão os trabalhadores dos seus frigoríficos e indústrias paralelas.

Como na Sibéria. A 800 km de Cuiabá, em região coberta por densa mata de madeiras de lei, uma outra empresa-cidade está nascendo, com hospital, hidroelétrica, aeroporto, oficinas, armazém, porto fluvial, hotel, alojamento para técnicos, centro edu-

base americana de MacMurdo, no Pólo Sul.

Para o Ministério do Planejamento, que coordena o projeto, trata-se de criar, a partir de Aripuanã, um novo pólo de desenvolvimento para a Amazônia. Para a Universidade Federal de Mato Grosso, no entanto, a sua meta fundamental é a pesquisa do tipo de cidade contemporânea que melhor se adapte àquelas difíceis condições ambientais.

Uma dificuldade inicial quase liquidou o projeto. O dinheiro necessário deveria começar a ser aplicado a 15 de abril do ano passado, de modo que muita coisa pudesse ser feita antes de outubro, quando as pesadas chuvas praticamente tornam inaproveitáveis as pistas de pouso da região. Mas atrasos puramente burocráticos fizeram com que o primeiro cheque fosse assinado apenas a 10 de agosto. Ainda assim, 60% da área útil do núcleo pioneiro de Humboldt foi construída em 74 dias úteis — 45% do tempo previsto no cronograma inicial. Se os recursos tivessem chegado a Cuiabá na data necessária, o núcleo estaria agora totalmente implantado e iluminado por uma hidroelétrica de 700 HP.

Rapidez, aliás, é uma questão-chave. Um dos objetivos do projeto é estudar a aceleração da ocupação da Amazônia através de núcleos de colonização construídos em tempo recorde, com o emprego de casas pré-fabricadas de madeira. Uma única usina de pré-fabricação, implantada dentro de uma reserva madeireira, poderá — calculam os técnicos — transformar 12 mil m³ da matéria-prima mais abundante na Amazônia em 1.200 casas populares de 60 m², em apenas um ano. Quatro homens montam cerca de 100 m² em dez dias, incluindo instalações hidráulicas e elétricas. Uma dessas casas pesa aproximadamente 9 mil kg, cinco vezes menos do que sua equivalente em alvenaria.

Choque de opiniões. A pesquisa da industrialização de madeiras amazônicas inclui a participação de equipes científicas na identificação de mais de 4 mil espécies e na caracterização de espécies novas para uso industrial. São programas altamente pragmáticos, cujo êxito poderá afetar de modo ainda insuspeitado o ritmo do desenvolvimento da Amazônia. Esse êxito, por sua vez, depende em larga medida da existência de estruturas administrativas adequadas, muito diferentes das organizações burocráticas rotineiras.

Para Pedro Paulo Lomba, que, antes de ir para a Amazônia, trabalhou na Vale do Rio Doce e na British Petroleum, o diálogo com os funcionários governamentais será um pro-

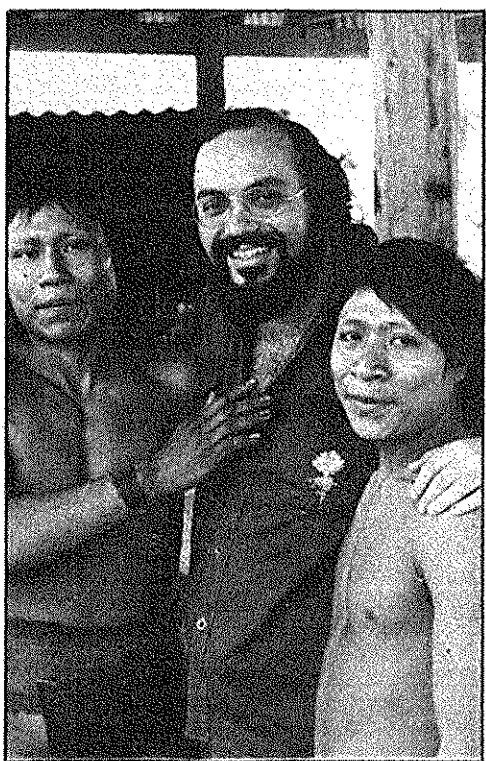
blema especial para os administradores da pesquisa científica e tecnológica no local. O problema, no seu entender; já surgiu durante a implantação dos projetos de colonização na Transamazônica, quando os técnicos agrícolas perceberam que os tecnocratas do Governo orientaram o trabalho de colonização em bases empíricas. "O estímulo a métodos agrícolas inadequados", comenta Lomba, "levou ao esgotamento do solo e à destruição inútil do capital natural do país."

A seu ver, o choque de opiniões entre os cientistas e os funcionários governamentais poderá agravar-se na Amazônia. "A tendência dos tecnocratas, que vivem e trabalham no meio urbano", queixa-se Lomba, "é supor que a transferência de tecnologia já experimentada com êxito no Centro-Sul é suficiente, com leves adaptações, para tornar rentáveis as empresas que aqui venham a se instalar e, ao mesmo tempo, preservar indefinidamente a produtividade do meio natural."

Apesar desse receio, o Projeto Aripuanã poderá provar que existe ampla margem de entendimento entre aqueles interlocutores. As relações entre a Universidade Federal de Mato Grosso e o IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social, do Ministério do Planejamento, mantidas em excelente nível durante o período crítico de implantação do núcleo pioneiro de Humboldt, demonstram que pelo menos um acordo operacional é viável. É bem verdade que as divergências com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Ceste, a propósito da abertura de uma "estrada de penetração", revelam o reverso realista e pouco polido da medalha.

O Projeto Aripuanã ensina que outro acordo, igualmente importante, pode ser estabelecido: o acordo científico-militar. O emprego de força aérea tática para a montagem do núcleo de Humboldt e o relacionamento eficaz entre as bases aéreas de Campo Grande e Manaus, de um lado, e a Universidade Federal de Mato Grosso, de outro, poderão ter sido apenas os primeiros passos no sentido de se conseguir uma colaboração duradoura entre cientistas e militares para a solução de pontos de estrangulamento em áreas estratégicas do desenvolvimento nacional.

Para a Amazônia, a grande questão é saber se o futuro Governo manterá a escalada econômica nos termos raramente racionais como tem sido feita até agora — e altamente comprometida desde já pela crise do petróleo — ou se irá reajustar, de maneira inovadora, a política de ocupação da área, com base na plataforma lançada pelo Projeto Aripuanã.



Lomba (com cintas-largas): nova era

cacional — além das instalações diretamente relacionadas ao trabalho. Só que o trabalho aí é produzir conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de melhorar a rentabilidade das empresas localizadas na mesma área.

A cidade-laboratório de Humboldt, centro físico do Projeto Aripuanã, é de concepção semelhante à "cidade científica" de Akadengorodok, implantada na Sibéria por volta de 1964 para a pesquisa integrada dos problemas do desenvolvimento em ambiente hostil. A construção do núcleo pioneiro de Humboldt, no ano passado, com o emprego maciço de aviões C-115 da FAB, também pode ser comparada — como o faz o adido científico dos EUA no Brasil, Donald Reynolds — à implantação da